

NÍVEL DE *DISCLOSURE* DAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES DE EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA IBRX-50

LEVEL OF DISCLOSURE OF PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON IBRX-50

NIVEL DE DIVULGACIÓN DE DISPOSICIONES Y RESPONSABILIDADES CONTINGENTES DE EMPRESAS BRASILEÑAS INCLUIDAS EN IBRX-50

Victor Sandeje Dantas Alves¹
Caritsa Scartaty Moreira²
Ítalo Carlos Soares do Nascimento³
Annandy Raquel Pereira da Silva⁴

Artigo recebido em novembro de 2020
Artigo aceito em outubro de 2021

RESUMO

A Teoria da Divulgação objetiva explicar o efeito no mercado e o incentivo que os gestores têm nas informações divulgadas. Baseado nisso, o presente estudo tem como objetivo verificar o nível de *disclosure* das informações fornecidas pelas empresas listadas na IBRX-50, bem como, verificar a qualidade dessas informações relacionadas às provisões e passivos contingentes. Para isso, realizou-se uma análise documental e análise de conteúdo que se fundamenta na apuração das informações fornecidas por 45 empresas contidas no Brasil Bolsa Balcão (B3) em suas notas explicativas no período de 2007 a 2019, identificando o nível de evidenciação das provisões e passivos antes e após o Pronunciamento Técnico CPC 25, bem como a qualidade das informações divulgadas. Os resultados indicam que as empresas pesquisadas ampliaram a divulgação dos itens que estão relacionados às provisões e passivos contingentes, principalmente aos relacionados a evidenciação do valor contábil no início e fim do período, para uma melhor comparabilidade. Também é possível observar, que as empresas listadas na IBRX-50 em sua maioria, possuem suas informações auditadas por uma das *Big Four* e que são listadas no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX). Logo, diante da inserção do Pronunciamento Técnico CPC 25, verificou-se uma aderência das empresas por meio do aumento do nível de *disclosure*, e qualidade das informações fornecidas, indicadas na transparência proporcionada pelo IGCX e qualidade das empresas de auditoria.

Palavras-Chave: *Disclosure*. Qualidade da informação contábil. CPC 25.

¹ Universidade Federal Rural Semi-Árido. E-mail: victorsandeje@gmail.com. Orcid: 0000-0003-1133-6100. Lattes: 5381132825251217.

² Universidade Federal do Ceará. E-mail: caritsa_scartaty@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-1243-9216. Lattes: 4261570315572266.

³ Universidade Federal do Ceará. E-mail: italocarlos25@gmail.com. Orcid: 0000-0002-8151-696X. Lattes: 2067726529200286.

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: annandyraquel@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-4636-2835. Lattes: 6891587988698864.

ABSTRACT

The Disclosure Theory aims to explain the effect on the market and the incentive that managers have in the information disclosed. Based on this, the present study aims to verify the level of disclosure of information provided by companies listed on the IBRX-50, as well as to verify the quality of this information related to provisions and contingent liabilities. To this end, a documentary analysis was carried out based on the verification of the information provided by 45 companies contained in Brasil Bolsa Balcão (B3) in their explanatory notes in the period from 2007 to 2019, identifying the level of disclosure of provisions and liabilities before and after Technical Pronouncement CPC 25, as well as the quality of the information disclosed. The results indicate that the companies surveyed expanded the disclosure of items that are related to provisions and contingent liabilities, especially those related to disclosure of book value at the beginning and end of the period, for better comparability. It is also possible to observe that most of the companies listed on the IBRX-50 have their information audited by one of the Big Four and are listed on the Stock Index with Differentiated Corporate Governance (IGCX). Therefore, in view of the insertion of Technical Pronouncement CPC 25, there was an adherence of companies by increasing the level of disclosure, and the quality of the information provided, indicated in the transparency provided by the IGCX and the quality of the audit companies.

Keywords: Disclosure. Quality of accounting information. CPC 25.

RESUMEN

La Teoría de Divulgación tiene como objetivo explicar el efecto en el mercado y el incentivo que tienen los administradores en la información divulgada. Con base en esto, el presente estudio tiene como objetivo verificar el nivel de divulgación de la información proporcionada por las empresas listadas en el IBRX-50, así como verificar la calidad de esta información relacionada con provisiones y pasivos contingentes. Para ello, se realizó un análisis documental a partir de la verificación de la información proporcionada por 45 empresas contenidas en Brasil Bolsa Balcão (B3) en sus notas explicativas en el período 2007-2019, identificando el nivel de divulgación de provisiones y pasivos antes y después del Pronunciamiento Técnico CPC 25, así como la calidad de la información divulgada. Los resultados indican que las empresas encuestadas ampliaron la divulgación de partidas relacionadas con provisiones y pasivos contingentes, especialmente las relacionadas con la divulgación del valor en libros al inicio y al final del período, para una mejor comparabilidad. También es posible observar que la mayoría de las empresas que cotizan en el IBRX-50 tienen su información auditada por una de las Cuatro Grandes y que cotizan en el Índice de Acciones con Gobierno Corporativo Diferenciado (IGCX). Por lo tanto, ante la inserción del Pronunciamiento Técnico CPC 25, hubo una adhesión de las empresas al incrementar el nivel de divulgación, y la calidad de la información brindada, lo que se indica en la transparencia brindada por la IGCX y la calidad de las empresas auditoras.

Palabras Clave: Divulgación. Calidad de la información contable. CPC 25.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem o objetivo de fornecer informações financeiras, econômicas e patrimoniais que, ao serem publicadas em Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), Notas Explicativas (NE), Relatórios de Administração (RA) e Relatório de Sustentabilidade (RS), sejam capazes de influenciar na tomada de decisão de seus diversos usuários (acionistas, investidores, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, competidores e outros) de modo que supra suas diversas necessidades (ALMEIDA, 2010). Para isso, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 R1) destaca que essas informações possuem características fundamentais de representação fidedigna e relevância,

bem como características de melhorias como comparabilidade, compreensibilidade, capacidade de verificação e tempestividade.

A maneira como essas informações de diversas vertentes e utilidades chega ao seu usuário, acontece diante da utilização de ferramentas de evidenciação ou *disclosure* (CORDEIRO, 2002). O *disclosure*, de maneira geral, são informações divulgadas pela empresa, no qual atribui inicialmente o processo de reconhecimento e mensuração dos fatos (IUDÍCIBUS, 2010). Nessa perspectiva coube a Verrecchia (2001) escrever um *survey* sobre o estado da arte da Teoria da Divulgação “*Essays on Disclosure*” e Dye (2001) selecionado para criticar a respeito deste artigo através do “*An Evaluation of “Essays on Disclosure and the Disclosure Literature in Accounting”*”.

Para Verrecchia (2001) os gestores só divulgam essas informações nas demonstrações contábeis para os usuários externos, pois são eles os próprios interessados e detentores do poder de divulgar ou não aquelas informações que não são obrigatórias. Diante disso, Dye (2001) acrescenta que as divulgações voluntárias só ocorrem se as informações contidas nas demonstrações trouxerem benefícios para a empresa e sua imagem perante o mercado. No entanto, isso pode prejudicar a qualidade da informação evidenciada, no qual ela não irá cumprir com seu papel de representação fidedigna da entidade e consequentemente não irá corroborar com a redução da assimetria informacional (VERRECHIA, 2001)

Dessa forma, a quantidade/nível de *disclosure* das informações, em consonância com a qualidade da informação contábil proporciona uma utilidade fundamental nas decisões financeiras e, consequentemente, melhorias futuras (BAO; LEWELLYN, 2017; XUE; HONG, 2016). Diante disso, as organizações devem compreender que apesar do alto volume de informações fornecidas, se elas não representarem fielmente a situação econômica da empresa, bem como conter informações erradas e distorcidas, pode acarretar uma relação de desconfiança com seus usuários (BEHN; DEVRIES; LIN, 2010).

Apesar de não ter uma definição exata, os relatórios que representem a situação financeira da empresa, bem como a aderência dos conceitos básicos da contabilidade, contribuem para uma informação de qualidade contábil (CHEN et al., 2010; YOON, 2007). Moura et al. (2017), e Paulo e Martins (2007) acrescentam que para alcançar a qualidade, a transparência dessas informações tem um papel predominante, pois se os relatórios forem manipulados a fim de proporcionar uma melhor imagem no mercado, essas informações não irão representar fielmente a realidade. Kent e Stewart (2008) reforçam que uma melhor estrutura de governança corporativa oferece uma maior transparência nas informações e um maior compromisso em adotar as melhores práticas de *disclosure* voluntário.

O *disclosure* conforme o CPC 15 demonstra que o grau de incerteza das informações também influencia no mercado de capitais, podendo subestimar ou superestimar o valor de algumas propostas. Neste contexto, Healy e Palepu (2001), sugeriu contrato de incentivo de *disclosure* completo de informações privadas e obter informações através de analistas de mercado e agências de rating. No CPC 14, relativo a instrumentos financeiros derivativos, os *disclosure* das informações contidas na norma visam proteger a empresa do risco e obrigações futuras e altas cotações estrangeiras de insumo para a produção (ASSAF NETO; SILVA, 2009).

A redução do grau de incerteza e assimetria dessas informações corrobora para a elevação da qualidade da informação contábil fornecida aos seus usuários (KIM et al., 2016; LUTHAN; SATRIA; ILMAINIR, 2016). Dessa forma, em 2009 foi criado no Brasil o Pronunciamento Técnico CPC 25 que se tornou obrigatório em 2010, em que estabeleceu critérios e bases de mensuração das provisões, passivos e ativos contingentes, bem como

alterando a forma de contabilização destes itens, fazendo com que as empresas se adequem a norma.

Sendo assim, compreender a contabilização das provisões, passivos e ativos contingentes e o tratamento de suas incertezas e riscos, se tornou algo essencial para as empresas, visto que se as informações fornecidas não condisserem com a realidade da empresa, podem impactar na valorização da empresa, receitas, lucros e assim na tomada de decisão de seus usuários (PINTO et al., 2014).

Diante da contextualização, o estudo pretende responder a seguinte questão: Qual o nível de *disclosure* e qualidade das informações sobre as provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras? O objetivo do estudo consiste em analisar o nível de *disclosure* e qualidade das informações sobre as provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras listadas na IBRX-50.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância em evidenciar o nível de *disclosure* das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras, visto que a liberdade em que o profissional tem de classificar o reconhecimento das provisões e passivos contingentes podem influenciar na qualidade da informação, gerenciando o resultado e impactando na tomada de decisão. Uma vez atingido tal objetivo, será possível identificar a aderência às normas contábeis das entidades e demonstrar aos profissionais contábeis, acionistas, investidores e demais usuários das informações a qualidade dessa divulgação.

Além de contribuir para a literatura sobre *disclosure* das informações contábeis que tem sido alvo de pesquisas tanto no contexto internacional quanto nacional, a excesso de itens não publicados ou publicações de baixa relevância e a falta de transparência nos relatórios contábeis estão relacionado com a qualidade da informação, mesmo estas estando de acordo com as normas, torna-se complexa a definição de qualidade da informação, visto que ela se adapta diante dos objetivos dos seus usuários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se o referencial teórico por *disclosure* e qualidade da informação contábil.

2.1 *Disclosure* e qualidade da informação contábil

A Teoria da Divulgação idealizada por Verrechia (2001) tem como objetivo explicar o incentivo que o gestor tem na divulgação e as diversas perspectivas obtidas através da evidenciação das informações financeira (ROVER; BORBA; MURCIA, 2009). De acordo com Yamamoto e Salotti (2006), uma empresa que tenha perspectivas financeiras positivas divulga essas informações de forma detalhada, ao passo em que a não divulgação dessas informações levará ao mercado a acreditar que as perspectivas financeiras dos próximos anos serão ruins. Segundo Verrechia (2001) os gestores verificam as melhores circunstâncias para a divulgação, visto que a divulgação não é obrigatória. Dye (2001) destaca que essas informações só serão evidenciadas caso sejam positivas e seus benefícios sejam superiores ao seu custo de divulgação.

O poder de uma informação atualmente influencia o mundo em diversos aspectos, de forma que a cada nova alteração, a evidenciação de uma nova informação, provoca variações

nas decisões, comportamentos e perspectivas de seus diversos usuários, onde se é alterado o estado inicial de uma posição ou conhecimento de um usuário em relação à posição patrimonial de uma empresa (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). Para Rusanescu (2013), a divulgação das informações de natureza contábil interessa principalmente aqueles buscam investimentos e contratos de empréstimos.

Por ser uma das principais fontes de informação para a tomada de decisão, a qualidade da informação contábil é imprescindível para seus diversos usuários (MOURA et al., 2017), pois caso essas informações não forem úteis ou não representarem a realidade financeira das empresas, gera um custo de agencia maior, ao passo em que as informações de qualidade, proporcionam uma redução custos de capital, o embasamento necessário para a análise dos seus usuários e a redução da assimetria das informações entre os fornecedores (LEUZ; VERRECCHIA, 2000; BIDDLE; HILARY, 2006).

Dechow, Ge e Schrand (2010), destacam que não existe uma definição exata sobre a qualidade das informações. Congruente a isso Lopes (2009) e Almeida (2010) acrescentam que diversos pesquisadores desenvolveram algumas métricas e sua influência para captar diferentes propriedades se tornando assim, um conjunto de atributos. Destacam-se: governança corporativa, nível de *disclosure* e auditoria sendo as três últimas as métricas a serem utilizadas na presente pesquisa.

De acordo com Huguet e Gandía (2016), a auditoria revisa as informações postadas nas demonstrações, garantindo a veracidade e credibilidade delas. A governança corporativa como um conjunto de atributos capazes de elucidar o gerenciamento das informações dos gestores, reduz a assimetria das informações, assegura os interesses dos usuários, bem como melhora a qualidade das informações (LUTHAN et al., 2016; XUE; HONG, 2016), verificando o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes das empresas que listadas na Bolsa Brasil Balcão (B3), que são listadas no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX).

2.2 Provisões e passivos contingentes

No que se refere à qualidade da informação dos itens de provisões e passivos contingentes expostos nas demonstrações contábeis da empresa, vale ressaltar que o ponto chave destes itens está no tratamento correto referente ao reconhecimento e mensuração para atender as necessidades de seus usuários (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFORT, 2013). Em 2010 ocorreu a adoção obrigatória do Pronunciamento técnico CPC 25, ratificando a importância das empresas em fornecer informações embasadas na norma, o que tem provocado o crescimento do número de pesquisas científicas que debatem sobre o tema (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFORT, 2013; VIVIANE; FERNANDES, 2014).

Dessa forma, devido à grande importância do tratamento eficaz das provisões e passivos contingentes, o CPC 25 (2009) trata como passivo as obrigações presentes, resultados de eventos passados cuja sua liquidação gere benefícios futuros, destacando que sua mensuração e reconhecimento só são possíveis se as bases forem confiáveis. O pronunciamento ressalta ainda que provisão esteja relacionada a prazo e valores incertos em que a saída de recursos futuros é provável, diferenciando do passivo contingente que é uma saída de recursos possível, mas não provável (IUDÍCIBUS, 2010).

No que tange ao reconhecimento, o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) ressalta que uma provisão deve ser reconhecida como passivo e figurada no Balanço Patrimonial (BP), quando for uma obrigação presente, resultada de eventos passados e que seja provável a saída

de recursos para cumprir com suas obrigações através de estimativas confiáveis do valor dessa obrigação. Du, Stevens e McEnroe (2011) relataram que o grande desafio dos contadores é compreender os termos de probabilidade estabelecidos no *Statement of Financial Accounting Standard* nº. 5 (SFAS Nº. 5). Dessa forma, Gelbcke et al. (2018) classificam as contas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação e tratamento contábil das provisões e passivos contingentes

Probabilidade de Ocorrência	Tratamento	Explicação
Provável	Caso seja mensurado com segurança, a provisão é reconhecida e figura nas demonstrações contábeis	Quando for mais provável de ocorrer do que não
Possível	Não reconhece provisão, mas o passivo contingente é divulgado e sua composição na NE	Quando a probabilidade de “não ocorrência” for maior do que a de “ocorrência”
Remota	Nenhuma provisão é reconhecida bem como não há nada a ser divulgado	Probabilidade de ocorrência nula

Fonte: Adaptado de Gelbcke et al. (2018)

Conforme ressalta Caetano (2010), as provisões e passivos contingentes devem ser reavaliados periodicamente visto que Lemes e Carvalho (2010) revelam que a saída destes recursos ocorra de maneira inesperada, pode prejudicar as demonstrações financeiras e consequentemente a avaliação dos seus usuários. Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013) acrescentam a importância da divulgação dessas contingências, relatando a probabilidade de alteração no julgamento delas em que a empresa obtenha ganhos ou perdas, seus usuários já estarão salvaguardados.

De acordo com Ferreira, Rosa e Borba (2012) a evidenciação das contingências se faz necessária, visto que, se essas informações não forem apresentadas, podem afetar negativamente a situação financeira da entidade. Neste contexto, acrescentam que uma classificação equivocada pode distorcer a realidade da empresa e influenciar na tomada de decisão de seus usuários. Por outro lado, Ribeiro et al., (2013) reiteram que nem sempre essas classificações são “equivocadas” e sim gerenciadas, de forma que reflitam os resultados desejados por seus gestores, visto a possibilidade de sua remuneração ser baseada em seus resultados.

2.3 Estudos anteriores correlatos ao tema

Lopes e Tukamoto (2007) observaram as companhias listadas em bolsa entre 1995 e 2003, verificando (GR) diante das normas americanas (USGAAP), IASC e Alemãs (GGAAP) e concluíram que a prática é independente da norma. Já Coelho e Lopes (2007) verificaram se nas companhias abertas brasileira existia o gerenciamento de resultados (GR), e em consonância com Nardi e Nakao (2009) foi descoberto que as informações fornecidas pelos gestores, apresentavam interesses particulares sobre o desempenho financeiro da entidade, refletindo assim a influência nas tomadas de decisão de seus stakeholders.

Mapurunga et al. (2011) buscaram verificar se havia associação entre informações de instrumentos financeiros derivativos com as características econômicas de empresas brasileiras de capital aberto e concluiu que os níveis observados da prática de divulgação das informações são decorrentes de incentivos das características econômicas das empresas de capital aberto. Já Nakayama e Salotti (2014) procuraram analisar o nível de divulgação e os fatores que influenciaram a empresa a divulgar informações das operações no ano da vigência do CPC 15, e concluíram que a qualidade da empresa de auditoria influencia no nível de divulgação dessas informações sobre combinação de negócios.

Em um estudo realizado por Pinto et al. (2014) foi constatado que os investidores podem não levar muito em conta a evidenciação das provisões e passivos contingentes apresentados para a tomada de decisão, visto que há uma baixa aderência a norma que trata destes determinados itens (CPC 25), aumentando assim a probabilidade de assimetria de informações bem como o gerenciamento de resultados, ao contrário do que prega Hendriksen e Van Breda (1999), a transmissão de confiança e credibilidade da informação para a tomada de decisão.

Na pesquisa realizada por Costa et al. (2017) verificou-se a aderência das empresas brasileiras ao CPC 25 e empresas australianas ao *Australian Accounting Standards Board* (AASB) 17, e constataram que a aderência às métricas elaborada pelas normas ainda acontecem de forma tímida, onde as empresas brasileiras, apresentaram mais informações na contingência tributária devido sua alta carga, e as empresas australianas em contingências de garantias, como por exemplo, garantias bancárias.

3 MÉTODO

Para analisar o nível de *disclosure* e qualidade das informações sobre as provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras, o presente estudo classifica-se como descritivo. Para a definição das empresas analisadas, foi feito um recorte amostral por acessibilidade, resultando em 45 empresas que fazem parte do IBRX-50 e que estão listadas na B3, dos mais diversos segmentos. Dessa forma, foram selecionadas empresas que apresentavam informações relacionadas a provisões e passivos contingentes antes e após a inserção do IFRS no Brasil, para que fosse possível verificar o nível de aderência. Sendo assim, apenas as empresas que apresentavam em sua nota explicativa informações relacionadas aos itens propostos no estudo fizeram parte da amostra, excluindo assim, cinco empresas que não apresentavam informações antes de 2010.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do relatório das companhias listadas na IBRX-50, devido à alta liquidez e representatividade dessas empresas na B3, e para compor este índice necessita de: “a) ser uma das 50 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores à reavaliação; b) ter sido negociada em pelo menos 80% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores à formação da carteira” (Bolsa, Brasil, Balcão, 2019). Quanto aos procedimentos técnicos que foram realizados, no estudo foi feita uma análise documental das informações contidas nas demonstrações contábeis das IBRX – 50, utilizando a NE para verificar a presença (1) ou ausência (0) de informações relativas a provisões e passivos contingentes.

Em relação ao recorte temporal, foi de 2007 a 2019, compondo o período de pré-adoção 2007, 2008 e 2009, em que a Deliberação CVM nº 489, de 3-10-2005, aprovou e tornou

obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2006, para as companhias abertas, o Pronunciamento NPC 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas.

Em 31 de janeiro de 2008, o CMN tornou também obrigatória a sua adoção para instituições financeiras (Resolução CMN nº 3.535/08). Com a deliberação CVM nº 594 de 15-9-2009 tornou-se obrigatória para o exercício encerrado em 2010, compondo o período de pós adoção 2010 a 2019, para as companhias abertas, a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e foi revogada a Deliberação CVM nº 489/05 que posteriormente também foi revogada a NPC 22. Dessa forma, analisar este período essencial para a verificar transparência e comparabilidade das informações, pois analisou-se o comportamento da evidenciação de antes e após a adoção do CPC 25. Vale salientar, que 2020 não está incluso na amostra, tendo em vista o ano atípico nas empresas e suas demonstrações, devido a pandemia ocasionada pelo COVID-19.

Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa, onde busca a interação documental e a interpretação/explicação do pesquisador referente ao fenômeno estudado. Para isso, a coleta de dados foi feita o uso de um *checklist* conforme o Quadro 2, utilizando a técnica de análise de conteúdo, levando em conta informações provenientes de provisões e passivos contingentes divulgados pelas empresas estudadas.

Quadro 2 - Itens exigíveis para divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes

Classe	Item de divulgação - CPC 25
Provisões	Prov.1 Divulgam o valor contábil no início e no fim do período das provisões?
	Prov.2 Fazem uma breve descrição da natureza da obrigação?
	Prov.3 Divulgam uma indicação das incertezas sobre o valor das saídas?
	Prov.4 Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões?
Classe	Item de divulgação - CPC 25
Passivos contingentes	Pas.1 Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço?
	Pas.2 Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa?
	Pas.3 Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza?
	Pas.4 Evidenciam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?

Fonte: Adaptado do CPC 25 (2009)

Desta forma foi levada em consideração a governança corporativa utilizando (SIM) para empresas listadas no IGEX encontrado na B3, caso contrário (NÃO), e empresas da amostra que foram auditadas por uma *Big Four* verificando através do formulário de referência, comprovando em estudos anteriores uma maior qualidade dessas empresas de auditoria (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009; SOUZA et al., 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar a qualidade das informações fornecidas pelas empresas que compõem a IBRX-50, fez-se necessário primeiro analisar se elas estão de acordo com as regras de divulgação das informações do CPC 25 (Tabela 1). O referente pronunciamento destaca os itens que devem estar presentes nas NE das empresas ao se tratar de provisões e passivos contingentes.

Tabela 1 - Empresas, por ano, que divulgam informações de provisões e passivos contingentes.

Classe	Item de divulgação - CPC 25	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PV	Prov.1	41	43	43	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
	Prov.2	38	42	42	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
	Prov.3	25	34	36	40	40	40	40	40	40	39	44	44	44
	Prov.4	30	36	37	45	45	45	45	44	45	45	45	45	45
PC	Pas.1	36	37	37	45	45	45	45	45	45	45	45	44	45
	Pas.2	41	43	43	43	43	43	43	43	43	44	45	45	44
	Pas.3	40	42	43	43	42	43	43	43	44	44	44	44	44
	Pas.4	17	18	20	38	38	38	38	39	39	41	42	43	43
Total		268	295	301	344	343	344	344	344	346	348	355	355	355

PV: Provisões, PC: Passivos Contingentes

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dessa forma, é notável que houve uma mudança no comportamento das empresas quanto ao número de evidenciações e aderência de itens exigidos pelo CPC 25. Dentre os itens divulgados pelas empresas que são abordadas pelo estudo, destaca-se a divulgação do valor contábil no início e no fim das provisões, com no mínimo 41 empresas divulgando desde 2007, e que após a inserção das normas internacionais verificou-se que todas as empresas passaram a divulgar.

A importância do item denominado de Prov.1, é devido ao fato de que ao evidenciar o valor contábil no início e fim do período, é possível atender a característica de melhoria da comparabilidade. Dessa forma, também é possível verificar que os itens Prov.2 que trata da divulgação de natureza da obrigação e o Prov.4 que trata das premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões, também são amplamente divulgados, sendo o item Prov.3 que trata de indicação das incertezas sobre os valores das saídas, o único que não foi divulgado por todas as empresas do presente estudo.

Isso se deve ao fato de que ao evidenciar os valores de início e fim de período de cada provisão, também é detalhado a natureza de cada componente provisionado (cível, trabalhista, ambiental), assim como as suas premissas, os passos que devem ser adotados diante de situações futuras e suas provisões. Foi verificado que algumas empresas não divulgaram as incertezas sobre o valor de saída daquela provisão, mas que ao mesmo tempo houve uma evolução no número de empresas que divulgaram este item antes e após a adoção do IFRS.

Fazendo um contraponto com o estudo de Pinto et al. (2014), foi verificado que estes mesmos itens que tratam da evidenciação do valor contábil das provisões no início e fim do período, a descrição da natureza das provisões e as principais premissas adotadas pela entidade em relação a eventos futuros sobre as provisões, também foram alvo de um grande número de evidenciações, visto que os itens de valor contábil da provisão e descrição da natureza, estavam presentes nas notas explicativas de todas as empresas abordadas neste estudo, apresentando resultados semelhantes ao da presente pesquisa. Ao relatar a aderência, o presente estudo corrobora com os resultados de Costa et al. (2017) em que houve uma aderência, mesmo que tímida, das empresas brasileiras e australianas, cada país na natureza que explica a característica do seu mercado.

No que se refere aos passivos contingentes, apenas o item Pas.1 apresenta informações em todas as empresas, tratando da divulgação da descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço. Os itens Pas.2, Pas.3 e Pas.4, apresentaram evidências menores em algumas notas explicativas, devido ao fato de que tratam das tomadas de decisões, relacionado a incerteza da ocorrência de determinado fato, e possíveis efeitos financeiros nas demonstrações que a divulgação destes itens pode causar.

Isso ocorre em razão de alguns gerenciamentos de informações que possam impactar na tomada de decisão dos usuários, corroborando assim com o estudo em que trata da Teoria da Divulgação elaborado por Verrechia (2001) e comentado por Dye (2001). Mesmo com uma baixa no número de informações divulgadas pelas empresas quanto os estes três últimos itens, foi verificado que houve uma melhora na divulgação com a adoção das normas internacionais, explicando assim uma maior conscientização da importância da evidenciação nas empresas.

Dessa forma, o presente estudo corrobora com a pesquisa de Nardi e Nakao (2009), que indica que as informações podem apresentar vieses de interesses particulares, quando os itens a serem divulgados dependem de uma probabilidade de ocorrência, e com isso uma respectiva tomada de decisão do operador, afetando no desempenho financeiro da entidade e impactando na decisão dos usuários. Assim, embora ocorra uma maior aderência as normas internacionais, isso não garante uma melhor qualidade nas informações divulgadas pelos gestores, visto que eles podem gerenciá-las em benefício próprio.

Quanto a qualidade da informação, para que as demonstrações contábeis atendam este aspecto, é necessário que elas sejam auditadas por alguma das empresas *big four* (KPMG, Deloitte, E&Y e PwC). Dessa forma foi verificado através dos pareceres dos auditores em todos os anos estudados, qual empresa de auditoria teria emitido o parecer da demonstração de determinado ano, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Empresas que são auditadas por *Big Four*

Auditadas por <i>Big Four</i>					
Empresas	SIM / NÃO	Empresas	SIM / NÃO	Empresas	SIM / NÃO
ITAUUNIBANCO	SIM	BRF AS	SIM	MARFRIG	NÃO
ITAUSA	SIM	TIM PART S/A	SIM	HYPERA	SIM
AMBEV S/A	SIM	EMBRAER	SIM	SANTANDER BR	SIM
VALE	SIM	LOJAS RENNER.	SIM	PETROBRAS BR	SIM

PETROBRAS	SIM	LOJAS AMERIC	SIM	FLEURY	SIM
B3	SIM	SID NACIONAL	SIM	SABESP	SIM
JBS*	SIM	KLABIN S/A	SIM	ESTACIO PART	SIM
BANCO BRASIL SA	SIM	GERDAU MET	SIM	ENERGIAS BR	SIM
CIELO	SIM	MARCOPOLO	SIM	MRV	SIM
CCR AS	SIM	LOCALIZA	SIM	SUL AMERICA	SIM
RUMO S.A.	SIM	ULTRAPAR	SIM	DURATEX	SIM
GERDAU	SIM	USIMINAS	SIM	ELETROBRAS	SIM
BRADESCO	SIM	TELEF BRASIL	SIM	MULTIPLAN	SIM
BR MALLS PAR	SIM	VIAVAREJO	SIM	BRASKEN	SIM

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

*Não foi auditada por uma *Big Four* em todo o período analisado

Dessa forma, foi verificado que 43 empresas tiveram suas demonstrações auditadas pelas *Big Four* por todo o período estudado, podendo levar à uma maior qualidade das informações prestadas. Com relação a MAFRIG, a presente empresa não foi auditada em nenhum ano estudado por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, sendo este um parâmetro essencial para medir a qualidade da informação contábil divulgada. Já a empresa JBS, não teve suas informações auditadas por uma *big four* durante todo o período pesquisado, comprometendo assim, a qualidade da divulgação de suas informações.

Neste contexto, fazendo um contraponto com o estudo de Almeida e Almeida (2009) foi verificado que apesar da subjetividade da norma e a possibilidade gerenciamento de resultados, a avaliação da qualidade da informação contábil através da auditoria de uma *Big Four*, se certifica no menor grau de *accruals* discricionários das empresas pesquisadas. Corroborando também com os resultados de Moura et al. (2017), que relata que o fato de a empresa ser auditada por uma *big Four*, reflete na qualidade das informações divulgadas por determinada empresa, bem como sua imagem no mercado.

Resultado também encontrado nos estudos de Kouaib e Jarboui (2014), Shan (2015), Huguet e Gandía (2016) e Xue e Hong (2016). Dessa forma, as organizações que são auditadas por firmas *big Four* de auditoria possuem destaque no mercado, evidenciando o poder financeiro que essas empresas têm para uma melhor prestação de serviço e com isso maximizar o desempenho dos seus clientes.

Para identificar se as informações divulgadas condizem com a realidade financeira das empresas, foi utilizado como parâmetro se as organizações estudadas estão presentes na lista do IGCX, no qual evidencia as empresas que tem a melhor transparência e conseqüentemente apresenta qualidade nas informações. Dessa forma, o Quadro 4 demonstra se as empresas pesquisadas estão presentes ou não na lista do Índice de Governança Corporativa.

Quadro 4 - Empresas que estão na lista da IG CX

Presentes na lista da IG CX					
Empresas	SIM / NÃO	Empresas	SIM / NÃO	Empresas	SIM / NÃO
ITAUUNIBANCO	SIM	BRF AS	SIM	MARFRIG	NÃO
ITAUSA	SIM	TIM PART S/A	SIM	HYPERA	SIM
AMBEV S/A	NÃO	EMBRAER	SIM	SANTANDER BR	NÃO
VALE	SIM	LOJAS RENNER	SIM	PETROBRAS BR	SIM
PETROBRAS	SIM	LOJAS AMERIC	SIM	FLEURY	SIM
B3	SIM	SID NACIONAL	NÃO	SABESP	SIM
JBS	SIM	KLABIN S/A	SIM	ESTACIO PART	SIM
KROTON	SIM	SUZANO PAPEL	SIM	AES TIETE E	SIM
BANCO BRASIL SA	SIM	GERDAU MET	SIM	ENERGIAS BR	SIM
CIELO	SIM	MARCOPOLO	SIM	MRV	SIM
CCR AS	SIM	LOCALIZA	SIM	SUL AMERICA	SIM
RUMO S.A.	SIM	ULTRAPAR	SIM	DURATEX	SIM
GERDAU	SIM	USIMINAS	SIM	ELETRORBRAS	SIM
BRADESCO	SIM	TELEF BRASIL	NÃO	MULTIPLAN	SIM
BR MALLS PAR	SIM	VIAVAREJO	SIM	BRASKEM	SIM

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Neste contexto, foi verificado que cinco empresas presentes na pesquisa não constavam na lista da IG CX, indicando assim um menor grau de transparência das informações divulgadas. A AMBEV, MARFRIG, SANTANDER BR, SID NACIONAL e TELEF BRASIL por não estarem presentes nessa lista, indicam uma maior possibilidade de gerenciamento dos resultados nas suas informações e com isso o comprometimento da qualidade dela, embora algumas delas sejam auditadas por *big Four*. Dessa forma, o presente estudo corrobora com Moura et al. (2017) na perspectiva de que empresas que possuem altos índices de governança corporativa, bem como são auditadas por uma das quatro maiores empresas de auditoria e possuem comitê de auditoria, são empresas cujas informações contábeis apresentam uma alta qualidade.

Em contrapartida, os estudos de Moura, Ziliotto e Mazzioni (2016) e Mazzioni et al. (2015) apresentaram resultados opostos. Neles foram verificados que a variável “Governança” e sua influência no gerenciamento de resultado, na perspectiva de *proxy* para qualidade da informação, não havia relação estatística suficiente, sendo assim indicando que os níveis de

governança corporativa não influenciam na qualidade da informação. Já na pesquisa de Gabriel (2011), ele constatou que existe uma relação de complementaridade e não substituição entre as estruturas de governança corporativa e a qualidade da informação contábil das firmas no Brasil, visto que a qualidade da informação não é somente influenciada pela origem legal do País ou grau de desenvolvimento do seu mercado, mas também pelas características particulares das firmas.

Dessa forma, os Quadros 5 e 6 apresentam as empresas que atenderam e não atenderam os parâmetros necessários (auditadas por uma *big Four* e presença na lista de governança corporativa) de qualidade das informações contábeis divulgadas. As empresas estão organizadas por ordem de valor de mercado, do maior para o menor, da esquerda para direita:

Quadro 5 - Empresas que atenderam os parâmetros

Empresas	<i>big four</i>	IGCX	Empresas	<i>big four</i>	IGCX
ITAUNIBANCO	SIM	SIM	SUZANO PAPEL	SIM	SIM
ITAUSA	SIM	SIM	GERDAU MET	SIM	SIM
VALE	SIM	SIM	MARCOPOLO	SIM	SIM
PETROBRAS	SIM	SIM	LOCALIZA	SIM	SIM
B3	SIM	SIM	ULTRAPAR	SIM	SIM
JBS	SIM	SIM	USIMINAS	SIM	SIM
KROTON	SIM	SIM	VIAVAREJO	SIM	SIM
BANCO BRASIL SA	SIM	SIM	HYPERA	SIM	SIM
CIELO	SIM	SIM	PETROBRAS BR	SIM	SIM
CCR AS	SIM	SIM	FLEURY	SIM	SIM
RUMO S.A.	SIM	SIM	SABESP	SIM	SIM
GERDAU	SIM	SIM	ESTACIO PART	SIM	SIM
BRADESCO	SIM	SIM	AES TIETE E	SIM	SIM
BR MALLS PAR	SIM	SIM	ENERGIAS BR	SIM	SIM
BRF AS	SIM	SIM	MRV	SIM	SIM
TIM PART S/A	SIM	SIM	SUL AMERICA	SIM	SIM
EMBRAER	SIM	SIM	DURATEX	SIM	SIM
LOJAS RENNER	SIM	SIM	ELETROBRAS	SIM	SIM
LOJAS AMERIC	SIM	SIM	MULTIPLAN	SIM	SIM
KLABIN S/A	SIM	SIM	BRASKEM	SIM	SIM

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como foi verificado no Quadro 5, 40 empresas da presente pesquisa, apresentaram os parâmetros básicos necessários para divulgação de uma informação contábil de qualidade durante o período estudado.

Quadro 6 - Empresas que não atenderam aos parâmetros.

Empresas	<i>big four</i>	IGCX
AMBEV S/A	SIM	NÃO
SID NACIONAL	SIM	NÃO
TELEF BRASIL	SIM	NÃO
SANTANDER BR	SIM	NÃO
MARFRIG	NÃO	NÃO

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No Quadro 6, identificou-se que cinco empresas não apresentavam os parâmetros necessários, destacando a MARFRIG, por não constar presença na lista da IGCX e nem ter suas informações auditadas por alguma das empresas *big Four*, apresentando assim, um déficit na qualidade de suas informações contábeis. As outras empresas, embora tenham sido auditadas por uma *big four*, seu nível de transparência não é suficiente para estar presente na lista da IGCX, prejudicando na qualidade de suas informações divulgadas.

Dessa forma, através dos resultados obtidos nessa pesquisa, verificou-se que as empresas listadas na IBRX-50 aderiram as normas internacionais, especificamente ao CPC 25 abordado no estudo, como verificado na Tabela 1, indicando um aumento no total de observações da pré-adoção para a pós-adoção. Neste contexto, Dye (2001) relata em sua pesquisa sobre a Teoria da Divulgação, que o aumento do número de evidenciações das informações, pode estar relacionado com a redução do custo de capital. Dessa forma observou-se que a maioria das empresas abordadas no estudo, estão de acordo com os pressupostos básicos para considerar uma informação de qualidade, conforme sugerido por Nascimento e Reginato (2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar o nível de *disclosure* e qualidade das informações relacionadas a provisões e passivo contingente das empresas brasileiras, no período de 2007 a 2019. Para tanto, utilizou-se como amostra as cinquenta empresas que apresentam o maior valor de mercado (IBRX-50) e que divulgaram seus relatórios contábeis no período analisado. Nessa perspectiva, foi feito um *checklist* com os itens que possibilitam a verificação do nível de *disclosure* das provisões e passivos contingentes, bem como a qualidade das informações divulgadas por essas empresas através da presença ou não na lista da IGCX e o fato de seus relatórios terem sido auditados ou não pelas quatro maiores empresas de auditorias do mundo.

Ao iniciar a análise da pesquisa, verificou-se que 45 das empresas de maior valor de mercado brasileiro, apresentavam informações contábeis relacionadas a provisões e passivos contingentes antes e após a inserção das normas internacionais. Dessa forma, foram retiradas da amostra cinco empresas que não apresentava dados suficientes para verificar a aderência ao IFRS. Nessa perspectiva, foram analisados os itens de divulgação do CPC 25 relacionados a provisões e passivos contingentes, e verificado que apenas o item de divulgação de indicação

das incertezas sobre os valores das saídas (Prov.3) não foi evidenciado em todas as empresas pesquisadas após a inserção da norma, no que se refere a provisão.

Já nos itens de passivos contingentes, foi apurado que apenas o item de que fala sobre a descrição da natureza do passivo contingente no balanço (Pas.1), que foi divulgado por todas as empresas pesquisadas. Ao verificar o total de observações em todos os anos estudados de cada empresa, verifica-se que houve uma aderência as normas internacionais, visto que em 2007 teve um total de 268 observações e no final de 2013 tiveram 344 observações, seguido de 355 observações em 2019.

Quanto a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas brasileiras relacionadas às provisões e passivos contingentes, foram verificadas se estas eram auditadas por alguma das empresas *Big Four* e se estavam presentes na lista de governança corporativa. Dessa forma, verificou-se que 43 empresas das 45 estudadas, tiveram seus relatórios contábeis auditados por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, destacando negativamente apenas a MARFRIG que não teve os pareceres de uma *Big Four* durante o período estudado, e a JBS que teve seus relatórios parcialmente auditados durante os anos estudados, por alguma das *big four*.

Dessa forma, sugere que a maioria das empresas que possuem o maior valor de mercado do Brasil, preocupam-se com a qualidade das suas informações, passando uma maior credibilidade para o mercado, contratando empresas de auditoria de qualidade e que estão entre as consideradas *big four*.

No que se refere ao Índice de Governança Corporativa, foi verificado que em sua lista estavam presentes 40 empresas das 45 estudadas, sugerindo que essas cinco empresas tem um nível de transparência menor do que o necessário e uma maior possibilidade de gerenciamento dessas informações por parte dos gestores. Dessa forma, a presente pesquisa sugere que a maioria das empresas que possuem os maiores valores de mercado no Brasil, são transparentes na divulgação de suas informações contábeis e com isso apresentam uma maior qualidade em suas informações.

Ao relacionar a Tabela 1 com os Quadros 3 e 4, verifica-se nos Quadros 5 e 6 que apenas cinco empresas não estão de acordo com os parâmetros básicos para que suas informações sejam consideradas de qualidade, mas é visto que diante das informações fornecidas pelas empresas do IBRX-50, houve um aumento no nível de *disclosure* de 2007 a 2019 e a indicação de que as empresas estudadas, em sua maioria, divulgam informações que apresentam qualidade e transparência com sua realidade financeira.

Dessa forma, diante das evidências apresentadas, é conclusivo que as empresas que compõem o IBRX-50 apresentam as informações de acordo com as normas, bem como atendem os pressupostos básicos de qualidade da informação: são auditadas por uma das *Big Four*, indicado nos estudos de Almeida e Almeida (2009), Almeida (2009), Huguet e Gandía (2016) e Moura et al. (2017) como parâmetro de qualidade, e estão presentes no Índice de Governança Corporativa, apresentando transparência em suas informações, conforme os estudos de Yoon (2007), Luthan (2016), Xue e Hong (2016) e Moura et al. (2017).

Diante do exposto, a presente pesquisa torna-se relevante pois entende-se que os achados contribuem para a literatura da Teoria da Divulgação, ao relacionar o nível de evidenciação com a qualidade da informação, visto que nos estudos de Verrechia (2001), os gestores influenciam na divulgação das informações em benefício próprio e isso impacta no que é divulgado.

Ademais, os resultados apresentados corroboram com uma maior profundidade na análise das informações contidas nos documentos divulgados pelas empresas estudadas e relaciona com o volume de informações expressas no mesmo e sua aderência aos critérios de qualidade da informação, algo que na temática do *disclosure* as pesquisas são voltadas significativamente para o nível de evidenciação.

Considerando os resultados apresentados e as limitações do presente estudo relacionados a verificação de um CPC, cabe uma análise com maior profundidade das questões apresentadas do CPC 25 com as empresas do IRBX-50 e a verificação do efeito da não-divulgação dessas informações nas demonstrações da empresa, bem como ampliar a amostra para IBRX-100. Ademais, cabe verificar o impacto do *disclosure* voluntário de outros CPCs nas demonstrações das empresas, assim como a qualidade das informações divulgadas, possibilitando a identificação de gerenciamento de resultado.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 62-74, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César T. Alexandre. **Finanças corporativas e valor**.—4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAO, Shuji Rosey; LEWELLYN, Krista B. Ownership structure and earnings management in emerging markets—An institutionalized agency perspective. **International Business Review**, v. 26, n. 5, p. 828-838, 2017.

BEHN, Bruce K.; DEVRIES, Delwyn D.; LIN, Jing. The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. **Advances in Accounting**, v. 26, n. 1, p. 6-12, 2010.

BIDDLE, Gary C.; HILARY, Gilles. Accounting quality and firm-level capital investment. **The accounting review**, v. 81, n. 5, p. 963-982, 2006.

CAETANO, T. P. et al. Evidenciação do passivo contingencial nas demonstrações contábeis: um estudo nas empresas de papel e celulose. In: **Congresso USP de Controladoria e contabilidade**. 2010. p. 2010.

CHEN, Huifa et al. The role of international financial reporting standards in accounting quality: Evidence from the European Union. **Journal of international financial management & accounting**, v. 21, n. 3, p. 220-278, 2010.

DE CÍSTOLO RIBEIRO, Antônio; DE SOUZA RIBEIRO, Maisa; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013.

COELHO, Antonio Carlos Dias; LOPES, Alexsandro Broedel. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme

seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. n.spe2, p. 121-144, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>

CORDEIRO, Cláudio Marcelo Rodrigues. **Evidenciação (Disclosure) nas Demonstrações Financeiras: Uma Abordagem Internacional**. Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista134/evidenciacao.htm>. Acesso em: 29 maio 2019.

COSTA, Ingrid Laís de Sena et al. Disclosure dos passivos contingentes: análise comparativa entre empresas de mercado aberto no Brasil e na Austrália. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 69, 2017.

DE MOURA, Geovanne Dias et al. Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (repec)**, v. 11, n. 3, 2017.

DE MOURA, Geovanne Dias; ZILLOTTO, Karina; MAZZIONI, Sady. Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 27, p. 17-30, 2016.

DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of accounting and economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DU, Ning; STEVENS, Kevin T.; MCENROE, John E. Improving consistency in interpreting SFAS 5 probability phrases. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, n. 1, p. 67-70, 2011.

DYE, Ronald A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1-3, p. 181-235, 2001.

FERREIRA, Denize Demarch Minatti; DA ROSA, Carolina Aguiar; BORBA, José Alonso. Panorama e potencialidades para publicação de artigos científicos na área ambiental. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 13, n. 4, p. 673-705, 2012.

GABRIEL, Fabiano. **Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC 2018**.

HEALY, Paul. M.; PALEPU, Krishna. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam: v. 31, n. 1-3, p. 405-420, set. 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da contabilidade; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. **São Paulo: Atlas**, p. 277-297, 1999.

HUGUET, David; GANDÍA, Juan L. Audit and earnings management in Spanish SMEs. **BRQ Business Research Quarterly**, v. 19, n. 3, p. 171-187, 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC 2010.**

KENT, Pamela; STEWART, Jenny. Corporate governance and disclosures on the transition to international financial reporting standards. **Accounting & Finance**, v. 48, n. 4, p. 649-671, 2008.

KIM, Incheol et al. Drivers behind the monitoring effectiveness of global institutional investors: Evidence from earnings management. **Journal of Corporate Finance**, v. 40, p. 24-46, 2016.

KOUAIB, Amel; JARBOUI, Anis. External audit quality and ownership structure: interaction and impact on earnings management of industrial and commercial Tunisian sectors. **Journal of Economics Finance and Administrative Science**, v. 19, n. 37, p. 78-89, 2014.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade internacional para graduação. **São Paulo: Atlas**, 2010.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of accounting research**, p. 91-124, 2000.

LOPES, Alexsandro Broedel. **The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil.** 2009. Tese de Doutorado. The University of Manchester.

LOPES, Alexsandro Broedel; TUKAMOTO, Yhurika Sandra. Contribuição ao estudo do "gerenciamento" de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não-emissoras de ADRs. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 42, n. 1, p. 86-96, 2007.

LUTHAN, Elvira et al. The Effect of Good Corporate Governance Mechanism to Earnings Management Before and After IFRS Convergence. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 219, p. 465-471, 2016.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha et al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 263-278, 2011.

MAZZIONI, Sady et al. Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 27, p. 61-86, 2015.

NAKAYAMA, Wilson Kazumi; SALOTTI, Bruno Meirelles. Fatores determinantes do nível de divulgação de informações sobre combinações de negócios com a entrada em vigor do pronunciamento técnico CPC 15. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 25, n. 66, p. 267-280, 2014.

NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; NAKAO, Silvio Hiroshi. Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 51, p. 77-100, 2009.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

PAULO, Edilson; MARTINS, Eliseu. Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil**, v. 31, p. 1-16, 2007.

PINTO, Aline Fernandes et al. Value relevance da evidenciação de provisões e passivos contingentes. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 61, 2015.

RIBEIRO, Antônio de Cístolo; RIBEIRO, Maísa de Souza; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 38-54, 2013.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. 2009.

RUSANESCU, Simona. La internacionalización de la empresa y la calidad de la información contable: evidencia para España. **Instituto de Contabilidad y Auditoría**, p. 1-93, 2013.

SHAN, Yuan George. Value relevance, earnings management and corporate governance in China. **Emerging Markets Review**, v. 23, p. 186-207, 2015.

DE SOUZA, Maíra Melo et al. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 6-24, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

VIVIANI, S.; FERNANDES, F. C. Qualidade da Evidenciação de Passivos Contingentes Relacionados ao Risco Legal: um estudo em empresas petrolíferas brasileiras, Estadunidenses e britânicas. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD**, v. 38, 2014.

XUE, Shuang; HONG, Yun. Earnings management, corporate governance and expense stickiness. **China Journal of Accounting Research**, v. 9, n. 1, p. 41-58, 2016.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. Atlas, 2006.

YOON, Sora. **Accounting quality and international accounting convergence**. 2007. Tese de Doutorado. Oklahoma State University.